

# Sumário

<b>CAPÍTULO I ► TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA .....</b>	<b>23</b>
1. Organização do estudo.....	23
2. Pontos de destaque.....	25
3. Introdução.....	25
4. Direito objetivo e direito subjetivo .....	27
4.1. Direito objetivo .....	28
4.2. Direito subjetivo .....	29
4.2.1. Direitos subjetivos absolutos e relativos.....	32
4.3. Teorias negacionistas.....	32
4.4. Conclusões .....	33
5. Fontes Formais do Direito Objetivo .....	34
5.1. Lei.....	38
5.1.1. Características da lei .....	39
5.1.2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária .....	40
5.1.3. Hierarquia entre lei federal, estadual e municipal .....	41
5.2. Costume .....	42
5.2.1. Classificações dos costumes.....	43
5.2.2. Requisitos dos costumes .....	44
5.2.3. Fundamento jurídico dos costumes .....	45
5.3. Doutrina .....	46
5.4. Princípios gerais do direito .....	47
5.4.1. Mas quais seriam os princípios gerais do direito? Existe uma lista deles?.....	48
5.4.2. Características.....	48
5.4.3. Classificações .....	48
5.4.4. Noção e aplicação no curso da história.....	49
5.5. Jurisprudência.....	50
5.6. Súmula vinculante .....	51
5.6.1. A quem se aplica o teor da súmula vinculante .....	53
5.6.2. Conclusão.....	53
6. Eficácia da lei no tempo.....	54
6.1. Aplicação da norma jurídica no tempo.....	59
6.2. Direito Civil – Retroatividade excepcional.....	59

6.3.	Direito Penal. Retroatividade da lei benéfica.....	59
6.3.1.	Retroatividade da lei penal em branco.....	62
6.3.2.	Ultratividade das leis excepcionais e temporárias .....	63
6.3.3.	Princípio da Continuidade Normativo-típica .....	64
6.4.	Direito Constitucional.....	64
6.4.1.	Nova constituição e reconstituição.....	64
6.4.2.	Desconstitucionalização.....	65
6.4.3.	Fenômeno da recepção.....	65
6.5.	Antinomias jurídicas.....	66
7.	Conceito de política.....	67
7.1.	História da Política.....	67
7.1.1.	O pensamento grego .....	67
7.1.2.	O pensamento romano.....	69
7.1.3.	O pensamento medieval.....	69
7.1.4.	O pensamento renascentista.....	69
7.1.5.	Pré-iluminismo .....	70
7.1.6.	Iluminismo.....	71
7.1.7.	Política no Século XX.....	73
7.1.8.	Discussões contemporâneas .....	73
7.1.9.	O que distingue a política das outras formas de poder?.....	73
8.	Ideologias.....	74
9.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	76
9.1.	Introdução e conceito.....	76
9.2.	Análise Histórica dos direitos inerentes à condição humana .....	78
9.3.	Características dos Direitos Humanos.....	83
9.4.	Estrutura normativa de previsão dos Direitos Humanos.....	85
9.5.	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	86
10.	Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	95
10.1.	Introdução e conceito.....	95
10.2.	Agenda 2030 e o Poder Judiciário brasileiro.....	100
10.3.	Meta 9 do CNJ .....	104

**CAPÍTULO II ► FILOSOFIA DO DIREITO..... 107**

1.	Organização do estudo.....	107
2.	Pontos de destaque.....	109
3.	Breve introdução à filosofia.....	109
3.1.	Conceito .....	109

3.2.	Filosofia e Religião.....	109
3.3.	Origem da filosofia.....	111
3.4.	Filosofia do Direito .....	112
3.5.	As grandes escolas de Filosofia do Direito .....	112
3.6.	Vamos ao edital? .....	115
4.	O conceito de justiça.....	115
4.1.	Sentido lato de Justiça. Um valor universal .....	116
4.2.	Sentido estrito de Justiça. Um valor jurídico-político .....	123
4.3.	Divergências sobre o conteúdo do conceito .....	124
5.	O conceito de Direito .....	128
5.1.	Direito não-estatal.....	129
5.1.1.	Pluralismo Jurídico.....	129
5.2.	Análise histórica.....	130
5.3.	Equidade.....	132
5.4.	Direito e Moral.....	135
6.	A Interpretação do Direito.....	141
6.1.	Aspectos gerais.....	141
6.1.1.	Objetivo da interpretação .....	142
6.1.2.	Métodos clássicos de interpretação .....	143
6.1.3.	Novos rumos da interpretação .....	147
6.1.4.	Princípios de interpretação constitucional .....	148
6.1.5.	Métodos de interpretação constitucional.....	154
6.1.6.	A sociedade aberta dos intérpretes (Peter Häberle).....	159
6.2.	A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo .....	160
6.3.	O método de interpretação pela lógica do razoável .....	162
7.	Linha do tempo da Filosofia.....	165
7.1.	Filosofia antiga.....	166
7.1.1.	Contexto histórico pré-socrático e clássico .....	167
7.1.2.	Filósofos Pré-Socráticos.....	168
7.1.2.1.	Sofistas .....	170
7.1.3.	Sócrates .....	171
7.1.4.	Platão .....	172
7.1.5.	Aristóteles .....	174
7.1.6.	Contexto histórico. Período Helenístico .....	177
7.1.7.	Epicurismo.....	179
7.1.8.	Estoicismo .....	179
7.2.	Filosofia Medieval.....	180

7.2.1.	Contexto histórico. Idade média .....	180
7.2.2.	Santo Agostinho .....	184
7.2.3.	São Tomás de Aquino .....	187
7.3.	Filosofia moderna .....	189
7.3.1.	Contexto histórico. Movimentos da idade moderna .....	189
7.3.2.	Contexto histórico. Renascimento .....	190
7.3.3.	Nicolau Maquiavel .....	193
7.3.4.	Contexto histórico. Absolutismo .....	194
7.3.5.	Thomas Hobbes.....	195
7.3.6.	Contexto histórico. Iluminismo .....	198
7.3.7.	Charles de Montesquieu.....	199
7.3.8.	John Locke.....	201
7.3.9.	Jean Jacques Rousseau .....	202
7.3.10.	Immanuel Kant.....	204
	7.3.10.1. A Ética Kantiana.....	207
7.3.11.	Jeremy Bentham e John Stuart Mill.....	209
7.3.12.	Georg Wilhelm Friedrich Hegel.....	212
7.3.13.	O juspositivismo do Século XIX.....	214
7.4.	Filosofia contemporânea .....	215
7.4.1.	Contexto histórico. Contemporaneidade .....	215
7.4.2.	Múltiplos caminhos para a filosofia.....	217
7.4.3.	Hans Kelsen .....	217
7.4.4.	Herbert L. A. Hart.....	225
7.4.5.	John Rawls.....	227
7.4.6.	Escola de Frankfurt.....	230
7.4.7.	Ronald Dworkin .....	233
7.4.8.	Robert Alexy.....	236
7.4.9.	Miguel Reale .....	240
7.4.10.	Jürgen Habermas .....	241

**CAPÍTULO III ► SOCIOLOGIA DO DIREITO .....** **245**

1.	Organização do estudo.....	245
2.	Pontos de destaque.....	245
3.	Conceito e Noções históricas.....	246
3.1.	Conceito .....	246
3.2.	Noções históricas.....	250
	3.2.1. Karl Marx.....	250

3.2.2.	Émile Durkheim.....	252
3.2.3.	Max Weber .....	256
3.2.3.1.	Teoria da Ação Social de Max Weber.....	258
3.2.3.2.	Max Weber e a Burocracia .....	259
3.2.4.	Michel Foucault .....	260
3.2.5.	Niklas Luhmann.....	266
4.	Introdução à sociologia da administração judiciária.....	268
4.1.	Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).....	268
4.2.	Gestão de pessoas .....	273
5.	Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.....	274
5.1.	Relações sociais e Relações jurídicas .....	274
5.2.	Controle social e o Direito.....	276
5.3.	Transformações sociais e Direito .....	278
6.	Direito, Comunicação Social e opinião pública .....	280
6.1.	Opinião pública e participação popular na formação do Direito. Atividade legislativa.....	281
6.2.	Opinião pública e participação popular na formação do Direito. Atividade judiciária.....	282
6.3.	Opinião pública, comunicação social, imprensa e Direito. O Poder Judiciário garantindo o direito ao esquecimento.....	284
6.4.	Comunicação social do Poder Judiciário .....	287
7.	Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios .....	289

#### **CAPÍTULO IV ► ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL ..... 299**

1.	Organização do estudo.....	299
2.	Pontos de destaque.....	300
3.	Introdução.....	300
4.	Regime Jurídico da Magistratura Nacional .....	301
4.1.	Carreiras .....	302
4.1.1.	Supremo Tribunal Federal .....	304
4.1.2.	Superior Tribunal de Justiça .....	308
4.1.3.	Justiça Federal .....	308
4.1.4.	Justiça do Trabalho .....	310
4.1.5.	Justiça Eleitoral .....	311
4.1.6.	Justiça Militar .....	313

4.1.7.	Justiça Estadual.....	315
4.2.	Ingresso.....	316
4.2.1.	Novo requisito para ingresso na carreira: o Exame Nacional da Magistratura – ENAM.....	320
4.3.	Promoções.....	321
4.3.1.	Merecimento.....	323
4.3.2.	Antiguidade.....	330
4.4.	Remoções.....	331
5.	Direitos e deveres funcionais da magistratura.....	334
5.1.	Vitaliciedade.....	335
5.2.	Inamovibilidade.....	335
5.3.	Irredutibilidade dos subsídios.....	336
5.4.	Vedações (ou garantias de imparcialidade).....	336
5.5.	Dispositivos da LOMAN.....	338
6.	Código de Ética da Magistratura Nacional.....	343
7.	Sistemas de controle interno do Poder Judiciário.....	346
7.1.	Conselho Nacional de Justiça.....	346
7.2.	Conselhos Superiores.....	355
7.3.	Corregedorias.....	357
7.4.	Ouvidorias.....	361
8.	Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.....	362
8.1.	Crimes de responsabilidade.....	362
8.2.	Responsabilidade administrativa.....	362
8.3.	Responsabilidade civil.....	364
8.4.	Responsabilidade penal.....	366
8.5.	Improbidade administrativa.....	368
9.	Administração judicial.....	369
9.1.	Planejamento estratégico.....	369
9.2.	Modernização da gestão.....	374
10.	Princípios de Conduta Judicial de Bangalore.....	374

**CAPÍTULO V ► PSICOLOGIA JUDICIÁRIA..... 381**

1.	Organização do estudo.....	381
2.	Pontos de destaque.....	382
3.	Introdução.....	382
3.1.	Conceito de psicologia. Âmbito de atuação.....	382
3.2.	Psicologia jurídica e psicologia judiciária.....	384
3.3.	Breve Histórico.....	391
3.4.	Correntes teóricas da psicologia.....	391

3.4.1. Behaviorismo .....	392
3.4.2. Gestalt .....	393
3.4.3. Psicanálise .....	394
4. Psicologia e Comunicação.....	395
4.1. Relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	395
5. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito.....	398
5.1. Assédio moral e assédio sexual.....	398
6. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.....	401
6.1. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos...	401
7. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.....	408
<b>CAPÍTULO VI ► DIREITO DIGITAL.....</b>	<b>417</b>
1. Organização do estudo.....	417
2. Pontos de destaque.....	417
3. 4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário .....	418
3.1. A 4ª Revolução industrial.....	418
3.2. Transformação digital no Poder Judiciário .....	420
3.3. Tecnologia no contexto jurídico.....	425
3.4. Automação do processo .....	426
3.5. Inteligência Artificial e Direito .....	426
3.6. Audiências virtuais. Cortes remotas.....	430
3.7. Ciência de dados e Jurimetria.....	432
3.8. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário .....	434
4. Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro ....	436
4.1. Persecução penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança .....	436
4.2. Deepweb e Darkweb .....	438
4.3. Provas Digitais.....	439
4.4. Criptomoedas e lavagem de dinheiro .....	442
5. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos .....	444
5.1. Aspectos introdutórios .....	444
5.2. Algoritmos .....	445
5.3. Blockchain.....	446

5.3.1.	A história do dinheiro e a revolução do Bitcoin.....	448
5.4.	Contratos inteligentes (“Smart Contracts”).....	450
6.	LGPD e proteção de dados pessoais.....	451
6.1.	Introdução e conceito.....	451
6.2.	Fundamentos .....	453
6.3.	Abrangência objetiva e subjetiva .....	453
6.4.	Principiologia .....	455
6.5.	Tratamento de dados pessoais.....	455
6.6.	Tratamento de dados pessoais sensíveis .....	457
6.7.	Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes .....	462
6.8.	Término do tratamento de dados.....	463
6.9.	Rol de direitos do titular de dados .....	463
6.10.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público .....	464
6.11.	Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos .....	467
6.12.	Da Segurança e das boas práticas.....	468
6.13.	Das sanções administrativas .....	469
6.14.	Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, a ANPD .....	469

**CAPÍTULO VII ► PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL..... 471**

1.	Organização do estudo.....	471
2.	Pontos de destaque.....	471
3.	Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo .....	472
3.1.	Função judicial e pragmatismo.....	472
3.1.1.	Antifundacionalismo .....	474
3.1.2.	Contextualismo .....	475
3.1.3.	Consequencialismo .....	475
3.2.	Racionalismo e Empirismo.....	475
3.3.	Dialética .....	476
3.4.	Utilitarismo.....	476
4.	Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada.....	478
4.1.	Conceitos fundamentais .....	478
4.2.	Breve histórico.....	480
4.3.	Análise econômica do processo. Acesso à justiça .....	480



4.4.	Análise econômica do processo. Propostas e métodos adequados para resolução de conflitos .....	481
4.5.	Análise econômica do processo. Demandas de valor esperado negativo .....	484
4.6.	Análise econômica do processo. Demandas de valor esperado negativo. Discussões e soluções .....	485
4.7.	Análise econômica do processo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica .....	486
5.	Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão.....	489
5.1.	Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos .....	489
5.2.	A Percepção de justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão .....	492
6.	Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. <b>Whistleblower</b> .....	494
6.1.	Governança corporativa e <b>compliance</b> no Brasil .....	494
6.2.	Mecanismos de combate às organizações criminosas .....	500
6.3.	Lavagem de dinheiro e <b>whistleblower</b> .....	502

## **CAPÍTULO VIII ► DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO .....** 509

1.	Organização do estudo.....	509
2.	Pontos de destaque.....	510
3.	Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação.....	510
3.1.	Aspectos introdutórios .....	510
3.2.	Conceito .....	511
3.3.	Parâmetros de definição .....	512
3.4.	História do Direito da Antidiscriminação .....	513
4.	Modalidades de Discriminação .....	514
4.1.	Discriminação direta .....	514
4.2.	Discriminação indireta .....	516
4.3.	Discriminação interseccional .....	519
4.4.	Discriminação multidimensional.....	521
4.5.	Discriminação inconsciente.....	521
4.6.	Discriminação organizacional .....	523
4.7.	Discriminação institucional .....	524
4.8.	Discriminação estrutural.....	525
4.9.	Discriminação intergeracional .....	526
4.9.1.	Discriminação e necropolítica .....	527
4.10.	Teoria Crítica de Raça .....	528
4.10.1.	O que é Teoria Crítica de Raça?.....	528
4.10.2.	Escolas de Pensamento: Idealista e Realista .....	529

4.10.3. <b>Storytelling</b> jurídico e apreciação da narrativa.....	529
4.10.4. Análise Interseccional dos Preconceitos .....	530
4.10.5. Essencialismo e antiessencialismo .....	531
4.10.6. Nacionalismo x Assimilação .....	531
5. Legislação antidiscriminação nacional e internacional.....	532
5.1. Aspectos constitucionais.....	532
5.2. Dispositivos internacionais.....	534
5.3. Aspectos legais .....	536
6. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBT- QIA+fobia .....	537
6.1. Racismo .....	537
6.2. Sexismo .....	545
6.3. Intolerância religiosa .....	550
6.4. LGBTQIAPN+fobia .....	554
7. Ações Afirmativas.....	559
7.1. Ações afirmativas no Brasil .....	561
7.2. Decisão judicial de efeitos aditivos .....	564
8. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais .....	564
8.1. Direitos dos povos indígenas. Legislação .....	564
8.2. O debate sobre as terras indígenas .....	566
8.3. Capacidade processual .....	570
8.4. Outros direitos processuais.....	570
8.5. Resolução 287/09 do Conselho Nacional de Justiça .....	571
8.6. FUNAI .....	573
8.7. Quilombolas .....	573
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>577</b>